



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31/08/2015
(Contém folhas)

ATA Nº 22

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	PSD



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 31/08/ 2015

ATA Nº 22

----- Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento da Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 10 de agosto de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

Festas do Concelho 2015

----- O Sr. Presidente usou da palavra para manifestar o seu regozijo e congratular-se com o sucesso que envolveu toda a dinâmica das Festas do Concelho, nomeadamente a XVIII Feira de Artesanato e Gastronomia, a animação da praia fluvial com as "Seaside Sunset Sessions'15" e a edição das "Noites de Verão 2015", tendo havido uma enorme afluência de pessoas o que contribuiu para divulgar ainda mais o nosso concelho. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente, formulou um voto de agradecimento a todas as Instituições, nomeadamente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra e a todos os colaboradores que estiveram envolvidos na realização dos eventos. -----

Inauguração do Lar de Idosos do Carregal

----- O Sr. Presidente congratulou-se com a inauguração do Lar de Idosos do Carregal e com o trabalho desenvolvido pela Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere na sua consecução. -----

Sessão da Assembleia Municipal

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que a próxima sessão da Assembleia Municipal será no dia 12 de setembro de 2015. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 27 de agosto de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.526.701,68 € (Um milhão quinhentos e vinte e seis mil setecentos e um euros e sessenta e oito centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 246.267,55 € (duzentos e quarenta e seis mil duzentos e sessenta e sete euros e cinquenta e cinco centimos), num total de 1.782.850,70 € (Um milhão setecentos e oitenta e dois mil oitocentos e cinquenta euros e setenta centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

----- Proposta do Senhor Presidente: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Dispõe a Lei das Comunicações Eletrónicas (aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/02, atenta a sua última alteração decorrente da entrada em vigor da Lei nº 51/2011, de 13 de setembro), no seu artigo 106º que: -----

“ [...] -----

2 – *Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece aos seguintes princípios: -----*

a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; -----

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25 %. -----

3 – *Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo incluem nas faturas dos clientes finais de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, e de forma expressa, o valor da taxa a pagar. -----*

[...]” -----

----- Assim, considerando que o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 1/11) refere na al. m) do seu art. 14º que constituem receitas dos municípios (entre outras) “*Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios*”; nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea b), do nº 1 do art. 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a fixação do percentual relativo à taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%, a aplicar em 2016.** -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art. 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.3 – Fixação das Taxas IMI para 2016

- Proposta do Senhor Presidente: -----
- Considerando que a Câmara Municipal tem vindo a dotar o concelho de infraestruturas necessárias e proporcionar aos munícipes um desenvolvimento harmonioso e de bem-estar social; -----
- Considerando que os recursos financeiros são limitados, a autarquia no âmbito das suas competências, deverá usar os meios disponíveis no quadro legal vigente, para suprir tais dificuldades; -----
- Considerando a situação de dificuldades económicas com que vivem as famílias e os encargos resultantes das suas obrigações fiscais; -----
- Atento o disposto na alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 01/11, que refere: -----
- *“Constituem receitas dos municípios:* -----
- a) *O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na al. a) do nº 1 do art. 23º [que menciona que constituem receitas das freguesias: a) o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. (...)] -----*
- (...)” -----*
- Considerando o disposto no nº 1 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) que refere: -----
- “1 - As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes: -----*
- a) *Prédios rústicos: 0,8 %; -----*
- b) *(Revogada) - art. 204º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12; -----*
- c) *Prédios urbanos: de 0,3% a 0,5 % (Redação da Lei nº 83-C/2013, de 31/12).” -----*
- E o disposto no nº 5 do mesmo art. 112º do CIMI onde se lê: *“5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto na alínea c) do nº 1, podendo esta ser fixada por freguesia.” -----*
- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea d), do nº 1 do art. 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre prédios urbanos, para aplicação no ano de 2016, em 0,3%: -----
- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art. 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.4 - Participação Variável no IRS

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013, de 01/11, e do disposto no artigo 26º daquela Lei, que refere: -----

----- *"1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.* -----

----- *2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.* -----

----- *3 - A ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.* -----

----- *4 - Nas situações referidas no número anterior, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes.* -----

----- *5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município.* -----

----- *6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.* -----

----- *7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto."* -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- O percentual de participação do IRS de 2015, a liquidar em 2016, que se considera adequado ao equilíbrio financeiro do Município é de 5%. Assim sendo, **proponho a fixação da percentagem de 5% respeitante à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra**, a qual carece de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea c), do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos n.ºs 3 e 4 do art. 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.5 - Proposta de Isenção Parcial relativamente à Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nas zonas das Freguesias do Concelho, onde estão inseridos prédios urbanos com afetação industrial para 2015, a liquidar em 2016, como medida de combate à desertificação.

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- De acordo com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1/11) constituem receitas dos municípios (entre outros) o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), com a ressalva relativa a constituir receita das freguesias o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. -----

----- Dispondo os municípios de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, podem conceder isenções e benefícios fiscais, através de deliberação fundamentada da assembleia municipal mediante proposta da câmara municipal. -----

----- Referindo o n.º 2 do art. 16.º daquele diploma que *"A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"*. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O nº 3 do mesmo artigo que *“Os benefícios fiscais referidos no número anterior não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal”*.-----

----- E o nº 9 daquele art. 16º que: *“Nos termos do princípio da legalidade tributária as isenções totais ou parciais previstas no presente artigo apenas podem ser concedidas pelos municípios quando exista lei que defina os termos e condições para a sua atribuição.”*-----

----- Ora, de acordo com o elemento literal, para que os municípios concedam isenções, totais ou parciais, torna-se necessário que a lei defina os termos e condições para essa atribuição, estando pois essa concessão condicionada a tal pressuposto básico.-----

----- Assim, ao abrigo do disposto no número 6 do art. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI): -----

“6- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto. (anterior n.º5)”

----- Pelo que, -----

----- Considerando que o concelho de Pampilhosa da Serra sofre um preocupante fenómeno de desertificação com um impacto significativo na economia local; -----

----- Considerando que é fundamental a criação de dinâmicas de desenvolvimento económico que permitam a fixação de população e que a indústria é um instrumento fundamental e potenciador da criação de postos de trabalho e, consequentemente, de fixação de pessoas; -----

----- Considerando que o Município tem vindo a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de captar investimentos e empresas para o concelho de Pampilhosa da Serra;

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º, para efeitos do disposto nas alíneas c) e d), do nº 1 do art. 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do nº 2 e 9º do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e do nº 6 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, **sugiro que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que, nas zonas das freguesias do concelho, onde estão inseridos os artigos urbanos, com afetação industrial, identificados no anexo à presente proposta o qual contém também a estimativa da respetiva despesa fiscal, seja minorada em 30% a taxa do imposto municipal sobre imóveis que vier a ser fixada para 2015, a liquidar em 2016, relativa aos mesmos prédios urbanos, cumprido que seja o prazo estabelecido no nº 3 do art. 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, como medida de combate à desertificação, no concelho de Pampilhosa da Serra.**

----- Mais proponho que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

nos nºs 3 e 4 do art. 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.6 - 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano

----- Foi presente a 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2015, em que constam os seguintes valores: -----

----- Na receita, de inscrições/reforços, o valor de 200.000,00 €.-----

----- Na despesa, de inscrições/reforços, o valor de 200.000,00 €.-----

----- Nas Grandes Opções do Plano, o reforço de 135.000,00 €. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar estes dois documentos de gestão, deliberou por unanimidade aprová-los e submete-los à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.7 - Alteração ao Contrato-Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística, de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no concelho de Pampilhosa da Serra

----- Proposta do Senhor Presidente -----

----- Considerando que, no decurso da implementação do Contrato-Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística, de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no concelho de Pampilhosa da Serra - 2015, celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, na sequência da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada em 26/01/2015, tem vindo a ser reforçado o apoio que aquela associação tem vindo a prestar ao Município, na coordenação e implementação das áreas de atuação e objetivos inerentes àquele Contrato-Programa; -----

----- Considerando também a necessidade de inclusão de outros projetos que a Câmara Municipal se propõe promover e executar, em parceria com aquela associação, até ao final do ano civil de 2015, conforme documento anexo; -----

----- Para que o referido Contrato-Programa possa ser integralmente executado e atingidos todos os objetivos que lhe estão subjacentes, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- - Aprovar a concessão do reforço ao apoio financeiro àquela associação em 460.000,00 €, o qual se destinará a suportar os encargos previstos naquele Contrato-Programa, que englobam meios humanos, técnicos e outros recursos conexos tendentes à sua cabal execução. Sendo que o encargo que resultará para a Câmara Municipal, decorrente do reforço ao apoio financeiro, ora proposto, está devidamente cabimentado e comprometido, conforme informação anexa; -----

----- - Determinar a alteração ao citado Contrato-Programa, mediante documento escrito assinado pelos representantes legais das Partes, que constituirá sua Adenda. "-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- - Aprovar a concessão do reforço ao apoio financeiro àquela associação em 460.000,00 €, o qual se destinará a suportar os encargos previstos naquele Contrato-Programa, que englobam meios humanos, técnicos e outros recursos conexos tendentes à sua cabal execução. Sendo que o encargo que resultará para a Câmara Municipal, decorrente do reforço ao apoio financeiro, ora proposto, está devidamente cabimentado e comprometido, conforme informação anexa; -----

----- - Determinar a alteração ao citado Contrato-Programa, mediante documento escrito assinado pelos representantes legais das Partes, que constituirá sua Adenda. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 - SECRETARIA

2.2.1.1 - Acústica Médica - Pedido de Autorização para Ocupação de Via Pública - Rastreio Auditivo e isenção de taxas

----- Na sequência do pedido formulado pela firma "Acústica Médica", datado de 12/08/2015, com o registo de entrada nos serviços nº 3717, de autorização de ocupação da via pública com uma unidade móvel, para rastreio auditivo gratuito à população do Concelho e respetiva isenção de taxas, foi presente uma informação dos Serviços Administrativos - Secretaria a emitir parecer favorável, tendo por base o disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 - Proposta de Aprovação do Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma proposta, do Sr. Vice Presidente, Jorge Alves Custódio, datada de 5 de agosto de 2015 do seguinte teor: -----

----- Face ao quadro legislativo em vigor, nomeadamente o preceituado no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o disposto no Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, tendo em conta as deliberações tomadas em reuniões da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizadas em 25/05/2015 e em 08/06/2015, foi o Projeto de Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, submetido a consulta pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões, tendo o mesmo sido publicado na 2ª série do Diário da República nº 118, de 19 de junho de 2015, não tendo sido rececionados quaisquer contributos/observações/sugestões. -----

----- Assim, face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 33º e na alínea g), do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro submeta à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego em Pampilhosa da Serra, que se anexa. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 - Prorrogação do Prazo - Arrendamento da Fração C do Pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais

----- Foi presente uma carta, subscrita pela Senhora Lucília Isidoro, sócia gerente da firma Pereira & Isidoro, com sede na Av. José Nunes Júnior, Casal da Lapa, 3320-100 Janeiro de Baixo, datada de 25 de agosto de 2015, com o registo de entrada nos serviços nº 3835, de 25-08-2015, a comunicar que, na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de 23 de julho do corrente ano, relativamente à adjudicação do arrendamento da fração C do pavilhão sito na Zona Industrial de Portela de Unhais àquela sociedade comercial e do prazo de 10 dias concedido para apresentação da documentação necessária à celebração do contrato de arrendamento da fração em causa; tendo em conta que devido a algumas dificuldades operacionais ainda não foi possível proceder ao envio



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

de tais documentos, solicitam que a título excecional lhes seja concedido o prazo adicional de 90 (noventa) dias para o efeito. -----

----- Face ao exposto e após análise, tendo presente a informação dos Serviços Jurídicos sobre o processo em apreço, que se anexa à presente ata, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PARTICULARES

3.1.1 - Pedido de Isenção de Taxas

- Requerente: Comissão de Melhoramentos de Malhadas da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Obras Particulares, do seguinte teor:

----- *"Comissão de Melhoramentos de Malhadas da Serra, com o contribuinte nº 501 344 551, com sede no Largo José Maria Matias, Malhadas da Serra e freguesia de Pessegueiro, apresentou nos serviços do Município em 27 de agosto de 2015, ao abrigo do disposto no nº 2, do artigo 9º, do Regulamento Geral de Taxas Municipais, por força da alínea c) do artº 8º do mesmo RGTM, um pedido de isenção de taxas, para futura apresentação nestes serviços de obras particulares dos seguintes processos: viabilidade de construção, licenciamento de obras e autorização de utilização e requer ainda os extratos do PDM e carta militar, documentos instrutórios ao processo de licenciamento de obras.* -----

----- *Ora, de acordo com o que dispõe a alínea c) do nº 1, do artº 8, do RGTM "As pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, associações humanitárias, religiosas, culturais, recreativas, desportivas e sociais e as instituições de solidariedade social, desde que legalmente constituídas, pelos atos e factos que se destinem à realização dos seus fins estatutários.", podem beneficiar da isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. --*

----- *Pelo exposto, considera-se que a Comissão de Melhoramentos de Malhadas da Serra, se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do respetivo Regulamento. -----*

----- *Levo a presente situação à consideração de V. Exª "* -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Alteração e ampliação do Lar de Idosos / Sede em Pampilhosa da Serra

- Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Obras Particulares, do seguinte teor:

----- “ A requerente pretende alterar e ampliar o edifício sede do Lar de Idosos sito na Rua Rangel de Lima, nº 104, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Em 05/08/2015, a requerente, através da comunicação registada no Registo Geral deste Município sob o nº 3590, veio solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas respeitantes ao licenciamento da pretendida operação urbanística. -----

----- Após a apreciação, constatou-se que o pedido de reconhecimento de isenção do pagamento de taxas municipais não se encontrava instruído com a documentação prevista nas alíneas a) e b) do nº 2 do artº 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, nomeadamente com a cópia do cartão de pessoa coletiva e os documentos comprovativos dos factos que fundamentam a isenção pretendida. -----

----- Nestes termos, entendeu-se não estarem reunidas as condições necessárias e suficientes para o reconhecimento e deliberação pela Câmara Municipal da isenção total do pagamento de taxas municipais solicitada. -----

----- Em face ao exposto, foi comunicado à requerente, através do ofício nº 3761, datado de 10/08/2015, que lhe tinha sido concedido um prazo de 30 dias, para que procedesse à apresentação dos citados elementos em falta. -----

----- Através de uma comunicação registada sob o número em epígrafe, a requerente veio expor os factos que fundamentam a isenção total do pagamento de taxas municipais respeitantes ao licenciamento da pretendida operação urbanística, à qual anexou cópias do cartão de pessoa coletiva, de uma declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., do cartão de cidadão do seu Provedor e da homologação dos corpos gerentes por parte da Diocese de Coimbra. -----

----- Apreciada que foi a comunicação apresentada, constatou-se que nela a requerente fundamenta o seu pedido com o facto da mesma ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme consta da declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., sem fins lucrativos, devidamente registada na Direção-Geral da Segurança Social, sob a inscrição nº 2/87, a folhas 54 e 54 verso do livro nº 2 das Irmandades da Misericórdia, em 9 de março de 1987, e a mesma não ter deixado de ser afetada pela atual conjuntura que o país atravessa. -----

----- Em face do exposto e uma vez que a presente pretensão da requerente visa dar prossecução à realização dos seus fins estatutários, entende-se possuir a requerente enquadramento nas entidades mencionadas na alínea c) do nº 1 do artº 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, podendo beneficiar de isenção de taxas. -----

----- Nestes termos, dado que o pedido de reconhecimento de isenção do pagamento de taxas municipais se encontra, nos termos do disposto no nº 2 do artº 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, devidamente formalizado, entende-se poder a requerente beneficiar da isenção total das taxas respeitantes ao licenciamento da pretendida operação urbanística. -----

----- À consideração superior.” -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 - OBRAS PÚBLICAS

3.2.1 - Minuta de adenda ao contrato

- Aquisição de gasóleo rodoviário_ 2015/2016/2017

- Adjudicatário: Francisco Laia Nunes, Ld^a

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração o concurso público em epígrafe, e o contrato celebrado em dezassete de julho de dois mil e quinze, o Tribunal de Contas veio solicitar que fosse celebrada uma adenda ao contrato de modo a incluir uma cláusula onde fosse especificado o tipo de gasóleo a fornecer. -----

----- Assim e atento tais factos, e de modo a dar cumprimento ao solicitado pelo Douto Tribunal de Contas, proponho a minuta anexa. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.2 - Pedido de prorrogação de prazo de execução

- Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra

- CIP, Construção, S.A

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração a empreitada em epígrafe, a firma adjudicatária, CIP, Construção, S.A., apresentou em 27/08/2015, um pedido de prorrogação de prazo de execução de 22 dias, ou seja, até 18/09/2015. -----

----- De acordo com os elementos da empreitada, o plano de segurança e saúde foi aprovado a 25/08/2014 e a empreitada previa um prazo de execução de 365 dias, pelo que o seu término deveria ter ocorrido em 27/08/2015. -----

----- Como justificação para o pedido de prorrogação, a empresa adjudicatária apresentou um conjunto de razões e factos que não se podem aceitar pelo facto das mesmas não traduzirem o que realmente se passou ao longo da empreitada, desde o início da mesma, até à presente data. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A única razão invocada que poderia ser da responsabilidade do Município enquanto dono da obra era o eventual atraso na resposta aos esclarecimentos solicitados. -----

----- Contudo, tal como pode ser comprovado pela troca de correspondência entre o adjudicatário e o dono da obra, a resposta aos esclarecimentos solicitados sempre ocorreu de forma célere, sendo que em diversas situações a necessidade de esclarecimentos e procura de soluções se ficou a dever a deficiente preparação e ou erros cometidos pelo adjudicatário. -----

----- O Município não aceita pois qualquer responsabilidade nos atrasos verificados, tal como já transmitido por variadas vezes ao adjudicatário. -----

----- Os atrasos ora verificados ficam a dever-se à inercia do adjudicatário na resolução dos mesmos, pois o Município, através da sua fiscalização alertou e exortou o adjudicatário a tomar medidas que permitissem recuperar os atrasos, sem que tal alguma vez tenha ocorrido. -----

----- Assim, não existem razões nem fundamentos que justifiquem a concessão de qualquer prazo adicional para conclusão da empreitada. -----

----- O adjudicatário deverá concluir a empreitada no mais curto espaço de tempo possível, sendo que desde o dia 25/08/2015 se encontra em incumprimentos, com todas as consequências legais daí decorrentes. -----

----- Nestes termos, a pretensão do adjudicatário não reúne as condições para aprovação. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir o pedido. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 - Revisão de preços definitiva

- Empreitada: Construção da EB1 / JI de Dornelas do Zêzere

- Adjudicatário: Argoconstrutora - Construção Civil, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " De acordo com a deliberação de reunião de Câmara de 25/08/2014, foi apurado um valor total a pagar pelo adjudicatário ao Município de 40.302,50 € (quarenta mil trezentos e dois euros e cinquenta cêntimos), no âmbito da revisão de preços definitiva. -----

----- Contudo, tal cálculo tinha sido obtido, considerando o cronograma de pagamentos igual às datas efetivas de execução dos trabalhos. -----

----- Revisto o procedimento, verifica-se que tal não está correto, já que deverá ser tido em consideração o cronograma de pagamento definitivo, aprovado após a assinatura do auto de consignação e os meses de realização efetiva dos trabalhos. -----

----- Assim e tendo tais factos em consideração, apura-se um valor total a pagar pelo adjudicatário ao Município de 42.621,72 € (quarenta e dois mil seiscientos e vinte e um euros e setenta e dois cêntimos). -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos deverá ser retificado o valor constante da decisão tomada em reunião de Câmara de 25/08/2014, e notificado o adjudicatário para proceder ao pagamento do valor correto no montante de 42.621,72 € (quarenta e dois mil seiscientos e vinte e um euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA. -----

----- O adjudicatário apresentou em 23/09/2014 através de ofício datado de 18/09/2014 um conjunto de alegações, onde referiu que a revisão não era devida pelo facto de já ter caducado o direito à mesma e pelo facto da empresa ter sido declarada insolvente e o Município não ter reclamado o valor referente a tal revisão de preços em sede de processo de insolvência. -----

----- Quanto à caducidade, cumpre informar o seguinte: -----

----- 1) A empreitada "Construção da EB1/JI de Dornelas do Zêzere" rege-se pelo disposto no Decreto Lei nº 59/99, de 02 de março e como tal a referência feita ao artigo 382º do Código dos Contratos Públicos na anterior informação, deve entender-se como ao artigo 199º do citado Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março; -----

----- 2) O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 199º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro; -----

----- 3) Pelo atrás exposto, o referido em 1) na exposição apresentada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda, não se aplica à presente empreitada, dado que a mesma se rege pelo disposto no Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março e não pelo Código dos Contratos Públicos como referido; -----

----- 4) O referido em 2) na exposição apresentada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda não corresponde à verdade, já que a receção provisória ocorreu em 04/12/2009 e não em novembro de 2009 como referido. -----

----- 5) De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 220º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, a conta de empreitada deverá ser efetuada de seguida à receção provisória e num prazo de 44 dias, facto que ocorreu na presente empreitada; -----

----- 6) À data da elaboração da conta de empreitada, a qual não inclui os valores da revisão de preços, os índices de custos de materiais ainda não eram conhecidos, sendo que os de julho, agosto e setembro de 2009 foram publicados através do aviso nº 3702/2010 constante no Diário da República nº 36, II Série de 22/02/2010 e os de outubro e novembro de 2009 foram publicados através do aviso nº 10996/2010 constante no Diário da República nº 107, II Série de 02/06/2010. -

----- 7) Na cláusula 8ª do contrato de empreitada celebrado a 07/10/2008 está definida a fórmula da revisão de preços a utilizar na presente empreitada. -----

----- 8) O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 199º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, devendo o preço das empreitadas de obras públicas ser obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro. -----

----- 9) O referido em 3) na exposição apresentada pela empresa Argoconstrutora, Construção



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Civil, Ldª não corresponde totalmente à verdade, já que a empresa omite parte do articulado do artigo 19º do Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro; -----

----- 10) No que respeita à questão da eventual caducidade do direito à revisão, alegada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Ldª atento o facto de ter sido assinada a conta da empreitada, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- a) A conta da empreitada foi assinada em 14 de janeiro de 2010 pelo Dono de Obra e Empreiteiro; -----

----- b) À data da assinatura da conta de empreitada ainda não eram conhecidos os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais, como acima referido; -----

----- c) Nos termos do nº 1 do artigo 199º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, o preço das empreitadas de obras públicas será obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto-Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro; -----

----- d) De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 19º do Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, o direito à revisão de preços caduca com a conta da empreitada, salvo nas seguintes situações: -----

----- i. Quando existam reclamações ou acertos pendentes; -----

----- ii. Quando não estejam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- iii. Quando o cálculo da revisão de preços for da obrigação do dono da obra e a conta final da empreitada não contemple a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- e) Assim e atento o referido em d), verifica-se que à data de elaboração da conta da empreitada, tal como referido em b), não estavam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços dos trabalhos contratuais e o cálculo da revisão de preços, sendo da obrigação do dono da obra, a conta final da empreitada não contemplou a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais; -----

----- f) Atento o atrás exposto, constata-se que se verificam as condições mencionadas nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 19º do Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, não havendo pois caducidade do direito à revisão de preços; -----

----- 11) No que respeita à questão da eventual caducidade do direito à revisão, alegada pela empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Ldª julga-se não assistir razão à adjudicatária já que o cálculo do crédito é posterior à data de declaração de insolvência. Contudo e atento tratar-se de matéria complexa e jurídica que requer uma análise por especialistas na matéria, julga-se oportuno e necessário que seja emitido parecer pelos serviços jurídicos; -----

----- Não obstante tudo o atrás referido, e dado que a revisão de preços é obrigatória, prevista em cláusula contratual e existe caução para garantir o exato e pontual cumprimento contratual, caso a adjudicatária não proceda ao pagamento do valor referente à revisão de preços, o Município deverá acionar a garantia para esse efeito, já que o não pagamento, configura um incumprimento contratual. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- 1 - Retificar o valor constante da decisão tomada em reunião de Câmara em 25/08/2014, sendo o valor correto no montante de 42.621,72 € (quarenta e dois mil seiscentos e vinte e um euros e setenta e dois cêntimos) + IVA; -----

----- 2 - Remeter aos Serviços Jurídicos para análise no que diz respeito à matéria da caducidade; -----

----- 3 - Acionar a caução para garantir o pagamento do valor referente à revisão de preços, caso se verifique incumprimento por parte da empresa Argoconstrutora, Construção Civil, Lda. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.4 - Delimitação dos Perímetros de Proteção das Captações de Água Subterrânea para Abastecimento Público _ Município de Pampilhosa da Serra _ Área de atuação da ARH Tejo e Oeste

Parecer da ARH Tejo e Oeste

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 37º da Lei nº 58/2005 de 29/09, em 16/02/2015, através do ofício nº 0894, o Município remeteu à ARH Tejo e Oeste uma proposta de delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea para abastecimento público situadas na bacia hidrográfica sob gestão dessa mesma entidade. -----

----- Através do ofício ref.º SO38123-201507-ARHTO.RHI datado de 21/07/2015 e recebido a 23/07/2015, a ARH Tejo e Oeste veio apresentar a sua proposta de delimitação dos Perímetros de Proteção das Captações de Água Subterrânea para Abastecimento Público, situadas na sua área de jurisdição. -----

----- Após análise dos elementos ora recebidos, verifica-se que são exatamente iguais aos remetidos pelo Município para parecer da ARH Tejo e Oeste. -----

----- Nestes termos, proponho a aprovação dos elementos apresentados pela ARH Tejo e Oeste nos termos do documento recebido e que dou por integralmente reproduzido na presente informação, dela fazendo parte. -----

----- Da deliberação que vier a ser tomada, deverá ser dado conhecimento à ARH Tejo e Oeste, no prazo máximo de 60 dias. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 - TURISMO

4.1.1 - BTL 2016 (Bolsa de Turismo de Lisboa)

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da estratégia de marketing territorial por nós elaborada para a área do turismo, mais informamos da relevância de promover o território (os seus recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, as aldeias do xisto, as praias fluviais, a rede de percursos pedestres, BTT e a paisagem) em articulação com agentes turísticos privados a operar no concelho. Assim propomos: -----

----- A participação / representação do Município de Pampilhosa da Serra na Bolsa de Turismo de Lisboa – 2016 (BTL). -----

----- Relativamente ao stand, informamos os valores de custo: -----

----- Stand 4 frentes, 81 m² x 109,00€ m² = 8.829,00 €; -----

----- Quota de inscrição: 160,00 €; -----

----- Remoção de resíduos (serviço obrigatório) 81 m² x 1,00 € = 81,00 €; -----

----- O valor da participação é de 9.303,28 €, IVA à taxa de 23%, totalizando a importância de 11.443,03 €. -----

----- Mais informamos que para poder usufruir de um desconto de 15% sobre o valor total do espaço, terá que se efetuar o pagamento da inscrição até ao dia 18 de setembro. -----

----- O valor total com o desconto é de 9.814,08 €, IVA já incluído. -----

----- Informamos ainda que para formalização da inscrição e obtenção do desconto, terá que haver um pagamento inicial de 2.453,52 €, referente à liquidação de 5%. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à inscrição da participação/representação do Município de Pampilhosa da Serra na Bolsa de Turismo de Lisboa – 2016 (BTL) . -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - AÇÃO SOCIAL

5.1.1 - Processo Ação Social Escolar



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “No seguimento da entrada de um novo processo de ação social escolar, pedindo apoio para alimentação, e após análise dos dados apresentados, venho por este meio propor o seguinte: -----

Nome	Localidade	Pedido	Proposta
Frida Castro Fernandes Freitas	Colmeal, Góis	Alimentação	Isenção

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2 - EDUCAÇÃO

5.2.1 - Protocolo de Colaboração

- Atividades de Enriquecimento Curricular 2015 / 2016

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “Junto se envia, para análise e aprovação, o Protocolo de Colaboração no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular 2015/2016, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra. -----

----- Este documento tem como objetivo estabelecer a continuidade do Município como Entidade Promotora das AEC em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas, por forma a manter a Escola a Tempo Inteiro no Concelho de Pampilhosa da Serra. São definidas, pelo presente Protocolo, todas as condições necessárias para a execução das Atividades, em conformidade com a Portaria nº 644-A/2015 de 24 de agosto, que define as regras a observar no funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo em apreço. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2.2 - Prémio de melhor aluno 2014-2015

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- “Na sequência do que tem vindo a acontecer nos anos transatos, propõe-se a atribuição de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

um prémio ao melhor aluno de cada ano de escolaridade, desde o 1º Ciclo até ao Ensino Secundário, referente ao ano letivo 2014-2015. -----

----- Na medida em que é uma atribuição que acontece desde há já uns anos, propõe-se que o valor a atribuir por aluno seja o mesmo que o que tem sido destinado até aqui - 100 € (x 14 alunos). -----

----- À consideração superior." -----

----- O encargo que resultará para a Câmara Municipal, decorrente do reforço ao apoio financeiro, ora proposto, está devidamente cabimentado e comprometido, conforme informação anexa. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- Nos termos do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a reunião foi pública, de acordo com o preceituado no artigo acima referenciado, não tendo estado presente qualquer munícipe. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




